

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.557 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 2002

Carlos Bezerra critica falta de investimentos da União

O senador Carlos Bezerra, ex-presidente da Comissão Mista de Orçamento, considera "ridículo" o nível de investimentos proposto pelo governo federal para 2003. Segundo Bezerra, um país do porte do Brasil não pode disponibilizar, em seu orçamento, somente 2 bilhões de dólares para investir. Ele acredita que a comissão deverá modificar a proposta.

PÁGINA 3

Comissão de Justiça acolhe nome indicado para o STJ

A indicação do advogado João Otávio de Noronha para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi aceita ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e será agora submetida ao Plenário. Se aprovado, Noronha ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Paulo Costa Leite.

PÁGINA 4



Marluce Pinto e Romeu Tuma apuram os votos sobre a indicação de José Leite Pereira Filho para a Anatel

Comissão de Infra-Estrutura aceita recondução para diretoria da Anatel

PÁGINA 4

Senado e TSE mostram a história das eleições no país

PÁGINA 2

Plenário aprova Secretaria da Mulher por unanimidade

Vários senadores elogiaram a criação do órgão. Com a votação da medida provisória, a pauta do Senado está desobstruída



Rosevelt Pinheiro

Com os votos favoráveis de todos os senadores presentes, o Plenário aprovou ontem o projeto de conversão da medida provisória que criou a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, no âmbito do Ministério da Justiça. Cinco senadoras e 11 senadores se pronunciaram aplaudindo a iniciativa do presidente da República, adotada em maio último, ainda que surgissem restrições ao fato de a decisão ter sido tomada apenas no último ano do governo. A mesma medida provisória instituiu a Controladoria Geral da União, no lugar da Corregedoria Geral da União. Caso não fosse votada, a MP obstruiria todas as outras matérias em discussão no Plenário. Após a aprovação do texto, que recebeu do Congresso um projeto de conversão com dezenas de alterações e será enviado agora à sanção presidencial, os senadores votaram várias matérias da pauta.

PÁGINA 5

Marina foi uma das senadoras que aplaudiram a criação da Secretaria dos Direitos da Mulher



Genaldo Magalhães

Plenário discutiu a questão da dívida de Alagoas, mas deliberação ficou para depois das eleições

Decisão sobre a rolagem da dívida de Alagoas deve sair em outubro

PÁGINA 3

Senado e TSE promovem exposição sobre história das eleições no Brasil

Mostra realiza-se no Salão Negro do Congresso Nacional, até domingo. Os visitantes têm acesso a uma urna eletrônica instalada para teste e recebem orientação sobre como votar

Começou na segunda-feira a exposição "Eleições no Brasil", promovida pelo Senado Federal e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que está sendo realizada no Salão Negro do Congresso. A mostra traz os principais momentos da história das eleições no país e reúne objetos e documentos utilizados pela Justiça Eleitoral.

A exposição, que integra o projeto Memória da Justiça Eleitoral Brasileira, retrata em painéis a história da Justiça Eleitoral e a evolução da legislação que regula o

processo eleitoral, um dos principais alicerces da democracia. No local, o público tem acesso a uma urna eletrônica, que poderá ser usada para testes. Os visitantes recebem orientação sobre como votar corretamente.

O horário de funcionamento da exposição é de 9h30 às 12h e de 14h30 às 17h nos dias úteis e de 10h às 14h nos sábados e domingos. Visitas de escolas ou outros grupos podem ser agendadas junto à Subsecretaria de Relações Públicas do Senado (SSRP) pelo te-

lefone 311 2149. A exposição fica aberta até domingo, mas a mostra também pode ser visitada através do museu virtual, na página do TSE na Internet (www.tse.gov.br). Outras informações podem ser obtidas pelo endereço eletrônico da SSRP (ssrp@senado.gov.br).



Evento reúne objetos, publicações e documentos utilizados pela Justiça Eleitoral brasileira

Roosevelt Pinheiro

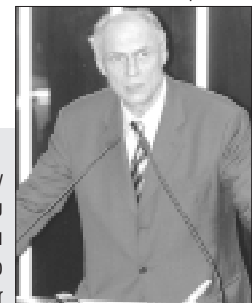
Suplicy elogia decisão favorável a Jorge Viana

O líder do PT no Senado, Eduardo Suplicy (SP), manifestou sua satisfação diante da decisão unânime do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de assegurar o registro da candidatura do governador do Acre, Jorge Viana (PT), à reeleição, revertendo a sentença do Tribunal Regional Eleitoral do estado, que havia cassado sua candidatura sob a alegação de abuso de poder econômico.

Segundo Suplicy, o TSE considerou que o uso da logomarca da árvore com as palavras "Governo da floresta", na propaganda eleitoral para a reeleição do governador, não configurava abuso de poder econômico. Segundo o TSE, há jurisprudência no tribunal de que a utilização de logomarcas e *slogans* não constitui propaganda institucional.

— Jorge Viana esteve em Brasília ontem para agradecer a presteza da decisão do TSE que permitiu a imediata retomada de sua candidatura — disse Suplicy.

Roque de Sá



Suplicy comemorou retomada da candidatura do governador

Senado nas eleições

Durante o período eleitoral, os agentes públicos (aqueles que possuem função nos órgãos ou entidades da administração pública) precisam obedecer a algumas regras de conduta. É proibido, por exemplo:

- usar ou ceder bens ou funcionários a candidatos ou partidos;
- nomear, contratar, admitir ou demitir funcionários sem justa causa;
- transferir recursos da União para estados e municípios, ou de estados para municípios, sal-

Faltam 31 dias para as eleições

vo os obrigatórios por lei ou em situações de emergência;

- autorizar publicidade institucional de atos ou programas de órgãos públicos, salvo em caso de urgente necessidade pública;
- fazer pronunciamentos em cadeia de rádio ou TV (só em casos urgentes e relevantes);
- alterar a remuneração dos servidores públicos em valores além da recomposição da perda de seu valor;
- participar, quando candidatos, de inaugurações de obras públicas.

Recado ao leitor

O Senado Federal é a Casa da democracia e o grande ouvidor da nação, pois representa a Federação brasileira. Nas eleições deste ano, o eleitor vai votar duas vezes para senador porque a renovação no Senado será de dois terços, diferente da eleição de 1998, que renovou um terço dos parlamentares.

Senador Tião Viana (PT-AC)

Jonas protesta contra declarações de Antero

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) protestou ontem contra declarações do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) à imprensa de Mato Grosso no sentido de que a decisão do Ibama de suspender projetos de manejo florestal e impedir o transporte de madeira para as serrarias teve "objetivo eleitoral". Jonas lembrou que é irmão do superintendente do Ibama em Mato Grosso, Leôncio Pinheiro.

— Por meio de folhetos, o senador Antero divulgou em Mato

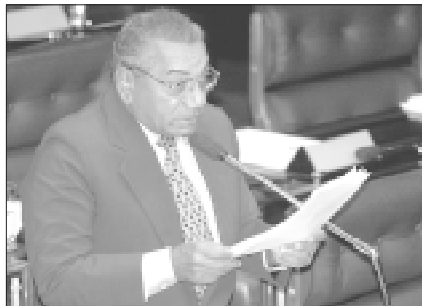
Grosso a medida adotada pelo Ibama, vinculando-a ao meu parentesco com o superintendente daquele instituto — relatou.

Jonas afirmou que o folheto procura vincular a decisão do Ibama a ele e colocar os candidatos do PSDB (Dante de Oliveira, Antero de Barros e Ricarte de Freitas) como os que fizeram gestões em Brasília para reverter a medida.

— Colocam-se como salvadores de 50 mil empregos no setor madeireiro e eu como vilão — disse.

Para ele, é uma "tentativa abominável" de envolver seu nome com medidas impopulares, "com o sórdido objetivo" de comprometer sua reeleição ao Senado.

Jonas acrescentou que ao longo dos 20 anos de vida parlamentar sempre apoiou o setor madeireiro, responsável por quase 10% da economia mato-grossense e pela geração de empregos no estado.



Tentativa de envolver seu nome com medidas impopulares visa comprometer reeleição, diz Jonas

Roosevelt Pinheiro

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 5 SETEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PEC nº 16/02, altera o inciso I do artigo 159 da Constituição federal (destina percentual do IR e do IPI a instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora e o funcionamento de rádios comunitários; e Requerimento nº 485/02, do senador Gerson Camata, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 147/01, de sua autoria.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão de Assuntos Econômicos discutiu melhor estratégia para facilitar votação



Jane de Araújo

Comissão envia decisão sobre Ipergs ao Plenário

Sob a presidência do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu ontem a melhor estratégia para viabilizar a rolagem de uma dívida de R\$ 381,7 milhões do Rio Grande do Sul, contraída pelo Instituto de Previdência daquele estado (Ipergs) junto à União. A proposta aprovada, apresentada pelo vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), foi a de levar o assunto diretamente ao Plenário para votação por acordo de liderança.

Por esse acordo, também seria dispensado o interstício de 48 horas imposto pelo Regimento Interno do Senado para a promulgação da medida. A sugestão foi feita por Jucá após ser constatada a dificuldade de se obter quórum para deliberar sobre a matéria no âmbito da comissão. Em nome do PMDB, o senador Renan Calheiros (AL), suplente na CAE, concordou com a deci-

são, aceita igualmente pelo PFL, segundo o senador Romeu Tuma (SP), que também é suplente nessa comissão.

De autoria da senadora Emília Fernandes (PT-RS) e subscrito ainda por José Fogaça (PPS-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto limita-se a revogar o parágrafo único do art. 2º da Resolução 38, de 2001, do Senado Federal, que, ao discorrer sobre a rolagem da dívida do Ipergs e de sua transferência para o governo do estado, previu que não haveria "alterações contratuais nem das condições pactuadas".

Tal afirmação, segundo análise posterior feita pelo próprio Banco Central e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, cria impedimento legal ao refinanciamento, que exige repactuação contratual, principalmente em vista de créditos detidos pelo Ipergs junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Carlos Bezerra considera ridículo investimento proposto para 2003

O ex-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), disse ontem considerar "ridículo" o nível de investimentos proposto pelo governo no Orçamento da União para 2003, de pouco mais de R\$ 7 bilhões, contra R\$ 17,6 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual de 2002.

Para o senador, um país do porte do Brasil não pode disponibilizar somente US\$ 2 bilhões de dólares de investimentos na sua principal peça orçamentária.

Carlos Bezerra disse que, pelo que conhece da CMO, os parlamentares que integram a comissão não vão se conformar com esse "nível ridículo" de investimentos. Do mesmo modo, no enten-



Carlos Bezerra: presidente eleito deve mudar Orçamento

dimento do senador, o colegiado não irá aceitar a proposta de redução de recursos destinados às áreas social e de segurança pública.

Carlos Bezerra acredita que quem for eleito presidente da República em outubro próximo dificilmente concordará com a proposta orçamentária para 2003 feita pelo atual governo.

— Certamente, o presidente eleito deverá, logo após as eleições, tomar a iniciativa de propor mudanças na proposta orçamentária à CMO, antes da aprovação definitiva da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional, tornando aquele documento mais consistente e mais adequado ao que a sociedade espera do governo federal.

Rolagem da dívida de Alagoas é adiada

Pedido de verificação de quórum feito pela oposição impede que seja votada também rolagem de títulos do Rio Grande do Sul

A rolagem dos títulos da dívida pública de Alagoas somente será possível depois das eleições de outubro, admitiu ontem o líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR). Ele tentou até incluir a rolagem dos títulos relativos ao Ipergs, do Rio Grande do Sul, governado por Olívio Dutra (PT), para convencer os senadores petistas Eduardo Suplicy (SP) e Heloísa Helena (AL) a não colocarem obstáculo à votação do pedido de urgência relativo aos títulos de Alagoas, na sessão de ontem.

Os senadores do PT insistiram em denunciar a validade da sessão plenária de 28 de agosto, alegando que não poderia ter sido realizada sem aviso aos líderes da oposição, conforme acordo anterior com vistas ao funcionamento do Senado no período eleitoral. Como houve sessão do Plenário naquele dia (28), a Comissão



Heloísa manifestou-se contra pedido de urgência para que matéria fosse examinada ontem pelo Plenário



Geraldo Melo lamentou que rolagem dos títulos de Alagoas tenha sido inviabilizada agora

de Assuntos Econômicos (CAE) pôde se reunir, de acordo com o que prevê o Regimento da Casa, e aprovou a rolagem. Para impedir a votação do requerimento de urgência para a votação da rolagem, a oposição pediu verificação de quórum já ao final da sessão plenária de ontem. Como não havia um mínimo de 41 senadores em Plenário, o pedido de urgência foi

considerado prejudicado.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) lamentou que a rolagem dos títulos de Alagoas tenha sido inviabilizada "em função de uma querela eleitoral local".

Jucá ressaltou a discrepância entre o "discurso conciliador do candidato Lula à Presidência da República e a posição partidária intransigente do PT nas votações".

CCJ rejeita recurso para anular a sessão plenária do dia 28

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou recurso de Tião Viana (PT-AC) e Heloísa Helena (PT-AL) contra decisão da Mesa diretora que manteve a validade da sessão plenária realizada no último dia 28 de agosto. Foi essa sessão que abriu caminho regimental para a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de autorizar a rolagem dos títulos de Alagoas. O relator do recurso na CCJ, Bello Parga (PFL-MA), recomendou a rejeição do pedido, argumentando que a sessão era não deliberativa e seguiu os preceitos legais. A pendência foi submetida à CCJ pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), que presidiu antontem os trabalhos do Senado.



Edison Lobão, presidindo o Senado, submeteu pendência à CCJ

nicação a todos os senadores e em período pré-eleitoral, quando, conforme definido por resolução do Plenário, não haveria atividade na Casa. Eles também questionaram o fato de que as sessões só poderiam ser realizadas, nesse período, por

acordo de liderança ou convocação da Mesa, "desde que esta cumprisse seu papel de avisar aos senadores", enfatizou Suplicy.

O relator argumentou que não existe qualquer impedimento oficial para a realização de sessões não deliberativas no período pré-eleitoral e que os senadores haviam sido convocados para a sessão de 28 de agosto.

Suplicy e Heloísa protestaram, lembrando que a sessão plenária convocada pela Mesa, apesar de não deliberativa, resultou na convocação de reunião da CAE naquele mesmo dia, quando foi votada a renegociação da dívida de Alagoas, lida pouco antes em Plenário.



Bello Parga: parecer levou em conta informação de que lideranças foram avisadas

Parga explica fundamentos de seu parecer

O senador Bello Parga (PFL-MA) explicou ontem que seu parecer favorável à manutenção da decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) permitindo a rolagem da dívida de Alagoas, proferido pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi baseado em informações que recebeu da Mesa do Senado. Conforme essas informações, as lideranças partidárias foram avisadas da reunião da CAE em tempo hábil.

Parga resolveu falar em Plenário diante do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pedindo novamente a anulação da reunião da CAE, alegando que o vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), havia reconhecido que as comunicações às lideranças não haviam sido efetuadas.

Comissão aprova mandato para diretor da Anatel

Indicação feita pelo presidente da República vai agora ao Plenário. CI também votou mudanças no Plano Nacional de Viação

Com 12 votos favoráveis e dois contrários, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem, em votação secreta, o relatório do senador Romero Jucá (PSDB-RR) favorável à indicação de José Leite Pereira Filho para ser reconduzido ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A CI realizou a sabatina de Pereira Filho na terça-feira, quando foram feitas considerações sobre o uso de telefones celulares em presídios e sobre a carga tributária incidente nos serviços de telefonia.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou a "estranheza" do Bloco Oposição pelo fato de a renovação do mandato de Pereira Filho, que só se encerra no dia 4 de novembro, ter sido solicitada com tanta antecedência.



Indicação de diretor da Anatel foi aprovada na Comissão de Infra-Estrutura por 12 votos favoráveis e dois contrários

— Nós, que ansiamos pela democracia, gostaríamos que, no período de transição pós-eleitoral, pudesse ser realizada uma discussão ampla envolvendo indicações de cargos importantes como esse — registrou, sem questionar a legalidade dos procedimentos da CI.

PLANO DE VIAÇÃO

Na mesma reunião, a comissão aprovou pareceres favoráveis a dois projetos de lei da Câmara que alteram o Plano Nacional de Via-

ção (PNV). As duas propostas seguem para o Plenário.

O primeiro parecer aprovado, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi dado ao projeto que inclui no PNV os trechos entre o município de Jucuri (RN) e o entroncamento da rodovia estadual CE-266 com a BR-116, que se transformaria em ro-

dovia federal.

Os senadores da CI também aprovaram relatório do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) ao projeto que federaliza o trecho de 36 quilômetros que une a BR-020 às BR-040 e BR-050, no Distrito Federal. De autoria do deputado Alberto Fraga (PMDB-DF), o projeto busca tirar do DF a responsabilidade sobre a manutenção da rodovia, que recebe grande número de caminhões, com tráfego interestadual.

Indicação para o STJ vai ao Plenário

O advogado João Otávio de Noronha teve seu nome aprovado para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) por 13 votos favoráveis na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele deverá ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Paulo Costa Leite. A sabatina e a votação da indicação de Noronha — feita pelo presidente da República — foram realizadas ontem.

O relator da indicação, senador Francelino Pereira (PFL-MG), destacou as qualificações do candidato — cujo nome ainda será submetido ao Plenário —, acentuando a trajetória de João Otávio de Noronha na advocacia do estado de Minas Gerais e no Banco do Brasil, onde exerceu cargos de chefia e de direção do setor jurídico por 18 anos.

Noronha formou-se há 21 anos e,

além de trabalhar no Banco do Brasil, atuou como professor de Direito e como conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil — seção de Minas Gerais — e do Conselho

Federal da entidade entre 1998 e 2002. De acordo com o advogado, essa experiência o capacita para atuar como ministro do STJ.

Noronha foi escolhido em uma seleção prévia da OAB, entre 34 candidatos, dos quais foram indicados seis nomes ao Superior Tribunal de Justiça, que, por sua vez, apresentou uma lista tríplice ao presidente da República.



João Otávio de Noronha (com os senadores Osmar Dias e Francelino Pereira) foi aprovado pela CCJ

Fernando Henrique Cardoso indicou então, como prevê a Constituição, um nome para apreciação pelo Senado.

A vaga que será ocupada por Noronha, se a indicação for aprovada pelo Plenário, é uma das reservadas a membros do Ministério Público e da Advocacia, que representam 1/3 da composição do STJ, que possui 33 ministros.

Piauí precisa de socorro para enfrentar a seca, diz Benício

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) acusou o governo federal de insensibilidade, ao afirmar, em discurso feito ontem, que o Piauí e o Nordeste inteiro têm pessoas morrendo de sede e outras abandonando os lares e os poucos pertences devido à seca que se abate sobre a região. O senador voltou a ocupar a tribuna para pedir socorro para o Piauí, um dos estados mais atingidos pela longa estiagem.

Benício informou que o governo do estado pediu R\$ 3,5 milhões para implantar poços tubulares nos pontos em que a situação é mais grave, mas até agora a verba não foi liberada. "O secretário de Defesa Civil, ex-senador João Lobo, me disse que não tem mais esperança de ajuda federal, porque os entraves burocráticos que se apresentam são praticamente insuperáveis", relatou, acrescentando: "João Lobo me informou que o Ministério da Integração Nacional está exigindo um certificado de propriedade para cada um dos



Roosevelt Pinheiro

Benício Sampaio aponta insensibilidade do governo federal em relação ao Piauí

poços tubulares".

Segundo o senador, o Piauí precisa também "desesperadamente" de R\$ 7 milhões para manter programas como Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação, além de garantir carros-pipas para algumas áreas, "mas nada disso recebe atenção do governo federal".

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) registrou sua concordância com o discurso de Benício Sampaio.

Mauro: recuperação das BRs não pode esperar pelo futuro governo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez um apelo ao Executivo pela imediata liberação de verbas para manutenção e recuperação das estradas federais em Goiás. Ele chamou a atenção do Senado para que, nas discussões relativas ao Orçamento de 2003, sejam assegurados recursos compatíveis com as necessidades de conservação da malha rodoviária.

— Nossas estradas constituem um patrimônio do povo brasileiro cujo valor é calculado em cifras astronômicas. Permitir sua deterioração representa um verdadeiro crime contra os interesses nacionais — disse.

Segundo o senador, a situação é, de fato, catastrófica, pois mais da metade dos 4,2 mil quilômetros das BRs que cortam o estado apresentam condições avaliadas entre regular a ruim. "E como não há perspectiva de reparos, os problemas ficarão ainda mais graves com o início das chuvas", frisou.

Mauro Miranda citou dados do *Guia Quatro Rodas*, segundo os quais Goiás tem a segunda pior malha rodoviária do país, com 755 quilômetros em situação precária. Como o período de estiagem já está chegando ao fim sem que as obras mínimas necessárias tenham sido feitas, alguns municípios ficarão, com o início das chuvas, praticamente isolados — advertiu.

Na opinião de Mauro, a campanha eleitoral e o final de governo não podem ser motivos para a paralisação da manutenção, recuperação e construção de estradas. Segundo o senador, os setores produtivos e a própria população goiana não podem esperar até a posse do próximo presidente da República para que esse problema seja resolvido.

— Goiás depende enormemente do transporte rodoviário e estradas como a BR 364 e a BR 452 precisam de recuperação urgente — concluiu.

Quintanilha pede operação tapa-buracos na Belém-Brasília

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) apelou ontem ao ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza, para que o governo inicie com urgência a operação tapa-buracos na BR-153, a Belém-Brasília, no tre-

cho que vai de Miranorte a Dianópolis, na divisa com o Maranhão. A rodovia, que corta o Tocantins de norte a sul, é a principal via de ligação entre vários estados brasileiros, disse o senador, que alertou para o seu estado precá-

rio de conservação.

De acordo com Quintanilha, no trecho que vai de Miranorte a Guianópolis, a rodovia está completamente esburacada, o que tem causado danos aos veículos e acidentes com vítimas fa-

tais, além de facilitar a ação de assaltantes, em razão da redução da velocidade.

Quintanilha se declarou preocupado com o período das chuvas que se aproxima, quando a situação deve piorar.



Roosevelt Pinheiro

Quintanilha alerta que chuvas vão agravar situação

Senado aprova Secretaria dos Direitos da Mulher

Com a votação da medida provisória, mediante projeto de conversão, foi desobstruída a pauta da Casa. Assinada em maio pelo presidente da República, MP também cria a Controladoria Geral da União, no lugar da Corregedoria



Mauro Miranda quer garantir benefício durante os dois primeiros meses de vida

Governo poderá fornecer leite em pó a filho de mãe com HIV

Projeto de lei de iniciativa do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) obriga o governo federal a fornecer leite em pó às crianças nascidas de mães portadoras do vírus HIV e de mães doentes de Aids durante os dois primeiros anos de vida do bebê. A matéria será submetida à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para deliberação em caráter conclusivo.

O senador argumenta, em defesa de sua proposição, que, apesar de a epidemia de Aids se registrar há 20 anos no Brasil e do significativo crescimento do número de casos entre mulheres e crianças nascidas de mães com HIV, ainda são poucas e até mesmo insuficientes as ações adotadas para prevenir transmissão materno-infantil do vírus.

Para Mauro Miranda, o problema representa uma "omissão grave das autoridades sanitárias", pois, segundo destacou, "já se sabe que medidas como a quimioprofilaxia durante a gravidez e o parto reduzem o risco de transmissão para menos de 2%".

De acordo com o senador, o

projeto de sua autoria integra o rol das ações preventivas e irá auxiliar, primordialmente, as mães pobres portadoras do vírus que não têm condições de comprar o leite em pó e recebem dos médicos a recomendação de não amamentar, para evitar o risco de transmissão da infecção para a criança.

— Apenas em Goiás, nós temos conhecimento de cerca de cinquenta mães nessa situação. Considero que esse tipo de providência não deveria depender de projeto, bastando que o governo baixasse uma portaria para atender imediatamente essas mulheres — avalia Mauro Miranda.

Conforme a proposta, o Ministério da Saúde deverá padronizar os produtos a serem utilizados e as quantidades a serem fornecidas, de maneira a orientar a aquisição dos produtos pelos administradores do SUS (Sistema Único de Saúde). Define também que o sistema público de saúde terá um ano, a contar da aprovação da proposição, para implementar a medida.

Por unanimidade dos 48 senadores presentes, o Plenário aprovou ontem o projeto de conversão da medida provisória (MP) que criou a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, no âmbito do Ministério da Justiça, e cuja direção está a cargo de Solange Jurema. Cinco senadoras e 11 senadores aplaudiram a decisão do presidente da República, adotada em maio último.

A medida provisória, caso não fosse votada, obstruiria todas as outras matérias em discussão no Plenário. Com a aprovação da MP, que recebeu do Congresso um projeto de conversão com dezenas de alterações e será enviado à sanção presidencial, os senadores votaram em seguida várias matérias.

Algumas senadoras, entre elas



Emilia Fernandes lamentou que órgão tenha sido criado só no fim do governo

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Emilia Fernandes (PT-RS), lamentaram que o presidente da República só tenha criado a Secretaria dos Direitos da Mulher "no apagar das luzes do seu governo". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o ideal seria uma secretaria especial ligada à

Presidência da República, como promete o candidato Luiz Inácio Lula da Silva. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) observou que o presidente Fernando Henrique Cardoso "praticaria um ato de grandeza" se sancionasse imediatamente a MP e, em outra proposta, levasse a nova secretaria para a Presidência da República.

Apoiaram ainda em discursos a criação da Secretaria dos Direitos da Mulher as senadoras Heloísa

Helena (PT-AL), Marluce Pinto (PMDB-RR), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Marina Silva (PT-AC). Os senadores que enalteceram a decisão foram José Fogaça (PPS-RS), Renan Calheiros (PMDB-AL), Luiz Otávio (PPB-PA), Osmar Dias (PDT-PR), Romeu Tuma (PFL-SP), Lauro Campos (PDT-DF), Romero Jucá (PSDB-RR), Francelino Pereira (PFL-MG), Carlos Patrocínio (PTB-TO) e Lindberg Cury (PFL-DF).

CONTROLADORIA GERAL

A mesma MP instituiu a Controladoria Geral da União, no lugar da Corregedoria Geral da União, presidida pela procuradora aposentada Anadyr de Mendonça Rodrigues. No Congresso, a medida provisória recebeu 57 artigos, contra seis originais. O controlador-geral só poderá ser demitido pelo presidente da República se a maioria absoluta dos senadores concordar. E mais: qualquer pessoa poderá apresentar denúncias à Controladoria.

Cabral: novo órgão ajudará a reduzir desigualdade

Falando antes da votação do projeto de lei de conversão da medida provisória, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestou, em Plenário, seu apoio e solidariedade à criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça.

— Não sou simpático às medidas provisórias, mas nesse caso votarei favoravelmente devido à importância da matéria — justificou o parlamentar.

Bernardo Cabral lembrou que,

durante muito tempo, a mulher saía do jugo do pai para submeter-se ao do marido, situação sustentada pelo Código Civil, que, conforme frisou, sempre deu ao homem posição de poder superior.

Mas, segundo disse, essa situação mudou com a promulgação da Constituição de 1988 — da qual foi relator-geral —, que estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Na opinião do senador, a nova secretaria ajudará a diminuir as desigualdades que ainda existem.



Bernardo Cabral apoiou criação da secretaria, mesmo sendo, como disse, contra medida provisória

Menor tempo para policial feminina se aposentar

A Câmara dos Deputados está examinando projeto aprovado pelo Senado que altera a Lei Complementar nº 51, de 1985, para estabelecer em 25 anos de serviço o prazo para a concessão de aposentadoria às mulheres que trabalham como policiais. A proposta é de iniciativa do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

— A lei em vigor foi editada em época na qual o exercício da ati-



Projeto em exame na Câmara é de autoria de Romeu Tuma

atividade policial era quase totalmente monopólio masculino, não incluindo em suas disposições condições distintas para a aposentadoria da mulher reconhecidas pela Constituição de 1988 — explica Tuma.

Atualmente, os policiais aposentam-se aos 30 anos de serviço, mas não há tratamento especial para a situação feminina, como ocorre em outras profissões. Segundo o senador,

é necessário "adequar a legislação ao princípio da isonomia — que, conforme ensinamento magistral de Rui Barbosa, caracteriza-se por tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente —, alterando a lei para nela introduzir a mesma diferença entre homem e mulher constante da Carta Magna para a aposentadoria voluntária".

A matéria já passou pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, e agora aguarda parecer da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Número de gestantes soropositivas

A partir dos anos 90, aumentou a incidência dos casos de Aids entre as mulheres, sobretudo entre aquelas em idade fértil. Com isso, cresceu a taxa de crianças nascidas já infectadas pelo HIV. Veja abaixo o número de gestantes portadoras do vírus da Aids no país:

1994	10.581
1995	11.352
1996	12.236
1997	13.207
1998	14.222
1999	15.335
2000	16.566

Fonte: Ministério da Saúde



Projeto de Ademir aumenta oferta de moradia

Proposta do senador prevê que pelo menos 65% dos recursos captados através de depósitos feitos em cadernetas de poupança sejam destinados para o financiamento habitacional. A matéria aguarda decisão terminativa na CAE

O déficit habitacional no país, estimado em 6,6 milhões de unidades pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), poderá ser reduzido rapidamente caso seja adotada proposta do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aguardando decisão terminativa.

A redução rápida do déficit, estimada pelo senador, será possível desde que se assegure, como previsto no ano 2000, que 65% dos recursos captados através das cadernetas de poupança sejam destinados para o financiamento habitacional.

Segundo explica Ademir, essa normal legal tornou-se inviável por ser contrariada por uma resolução do Banco Central, ainda em vigor. Por essa medida, as instituições financeiras públicas e privadas estão autorizadas a incluir no cálculo



Segundo Ademir, R\$ 32,3 bilhões foram desviados nos últimos sete anos

do percentual da captação da poupança, destinado aos investimentos habitacionais, os valores dos títulos adquiridos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

O fundo foi criado em 1967 para compensar a defasagem existente na correção dos saldos devedores dos empréstimos e dos salários dos mutuários, que era um problema nos períodos de inflação alta.

Entretanto, quando a inflação ficou sob controle, os bancos con-

tinuaram valendo-se dessa regalia, adquirindo títulos do FCVS e computando esses valores para efeito de cumprimento da exigibilidade na destinação dos recursos captados em poupança para investimentos na área habitacional.

Com esse expediente, explica o senador, de 1994 a 2001 foram desviados R\$ 32,3 bilhões dos financiamentos habitacionais.

Em 1994, lembra Ademir, as instituições financeiras públicas investiam, em habitações, 152,5% dos depósitos feitos nas cadernetas de poupança. Em 2001, esses investimentos minguraram para o equivalente a 34,4% do total dos depósitos da poupança.

Com o projeto de lei proposto, o senador quer garantir o que estava previsto na resolução do Conselho Monetário Nacional, de 2000, ou seja, a destinação mínima de 65% das captações em poupança para os investimentos em habitação.

Wellington defende maior investimento em habitação

O investimento de mais recursos no setor habitacional foi defendido pelo senador Wellington Roberto (PTB-PB), para quem as grandes cidades estão apresentando déficit crescente de moradias, sobretudo na faixa da população de baixa renda. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo o parlamentar, essa defasagem aproxima-se de 300 mil casas.

Wellington lembrou que boa parte da população do país, principalmente na Região Nordeste, mora em



Setor é grande gerador de emprego, afirma Wellington Roberto

casas de taipa, que são construções muito mais propícias ao aparecimento de barbeiros, os transmissores da doença de Chagas. No seu estado, a Paraíba, existe um programa de substituição dessas moradias rústicas por construções em tijolo, informou. O objetivo,

conforme o senador, é reduzir a incidência da doença, que assola vários municípios paraibanos.

O senador disse que o segmento de habitação é grande gerador de empregos e responde por cerca de 16% do Produto Interno Bruto (PIB).

Aprovadas concessões para rádio e tevê

O Plenário do Senado aprovou ontem a renovação ou concessão de 12 emissoras de rádio e televisão. A cidade de Cascavel (PR) passará a contar com uma emissora de TV educativa, dirigida pela Fundação Canal 21. O senador Osmar Dias (PDT-PR) saudou a criação da nova emissora. As cidades de Itapetininga (BA) e Aparecida (SP) também contarão com emissoras de televisão.

Foram renovadas ou autorizadas as concessões das rádios Tribuna de Santos (SP), Linderson FM de Orlândia (SP) e SM de Pinheiros (ES). Os senadores aprovaram ainda a criação de rádios comunitárias nas cidades de João Câmara (RN), São Lourenço da Mata (PE), Riachão (MA), Rio Negro (MS), Trombas (GO) e Catalão (GO).

COMISSÃO

Na reunião de ontem da Comissão de Educação (CE) também foram acolhidos pareceres favoráveis ao funcionamento de 70 emissoras de rádio e televisão. Todos os projetos, já aprovados pela Câmara, serão agora encaminhados



Na reunião de ontem, a Comissão de Educação aprovou o funcionamento de 70 emissoras de rádio e televisão

ao Plenário.

Entre as empresas que poderão operar emissoras de televisão estão o Sistema de Comunicação Pantanal, em Campo Grande (MS), a Fundação Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida (SP) e a Fundação Rádio e TV Educativa e Cultural, de Conselheiro Lafaiete (MG).

EMISSORAS DE RÁDIO

Sete empresas foram autorizadas a operar serviços de rádio em ondas médias, entre as quais a Sociedade Rádio AM Fronteira, em Corumbá (MS), a Rádio Sociedade Seberi, em Seberi (RS), e a Rádio Difusora Platinense, em Santo Antônio da Platina (PR).

Poderão operar serviços de rá-

dio em frequência modulada (FM) o Sistema Integrado de Rádio, em Esperantina (PI), a SM Comunicações, em Pinheiros (ES), a Prefeitura Municipal de Piracicaba (SP) e a Rede Vitória Régia de Rádio, em Porto Velho (RO).

Entre as associações autorizadas pela CE a operar em radiodifusão comunitária estão a Cultural São Sebastião, de Coimbra (MG), a Comunitária de Comunicação de Frutal (MG) e a Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rochedo (MS).

A Comissão de Educação autorizou ainda a operação das associações: Desenvolvimento Comunitário de Cacimba, em Cacimba de Dentro (PB); Comunitária de Comunicação e Cultura de Currais Novos (RN); Comunitária de Sapé (PB); Cultural de Três Fronteiras (SP); Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nupuranga (SP); Comunitária Cultural de Balsamo (SP); de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim (CE), entre outras.

Bezerra quer proteger aluno contra curso de má qualidade

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto determinando que os editais dos vestibulares para o ensino superior devem conter informações legais sobre os cursos e instituições de ensino. O projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e será examinado em caráter terminativo pela Comissão de Educação.

A medida obriga as instituições a colocar em seus editais dados relativos a autorização, reconhecimento, credenciamento e avaliação dos cursos, bem como os três últimos resultados do Exame Naci-

onal de Cursos, o chamado Provão.

Ele argumenta que o ensino superior vem sofrendo processo de expansão – entre 1995 e 2000 as matrículas aumentaram de 1,760 milhão para 2,700 milhões ao ano – o que ocasiona problemas, como a atração de estudantes para cursos ainda não reconhecidos.

– Com a aprovação do projeto, o estudante poderá optar pela segurança de instituições de ensino credenciadas e cursos devidamente reconhecidos, em vez de arriscar seu tempo e recursos financeiros em projetos experimentais – afirma o senador.

Proposta amplia verba para universidades na Amazônia

O Plenário realiza hoje, a partir das 10h, a segunda sessão de discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que vincula receitas de impostos para universidades na região amazônica.

De acordo com a proposta, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), as institui-

ções federais de ensino superior na região terão direito a 0,5% dos recursos provenientes dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados. A verba se destina a programas de extensão, ensino e pesquisa voltados ao desenvolvimento sustentável.

Serão votadas ainda autorizações para emissoras de rádio.

Proposta determina o fim do corte de água, luz e telefone

Autor do projeto, Álvaro Dias destaca que a população de baixa renda é a mais prejudicada com suspensão do fornecimento de serviços

Já tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que põe fim à suspensão do fornecimento de água, luz e telefone por falta de pagamento do usuário. A argumentação é que se trata de serviços considerados essenciais e, por isso, não devem sofrer descontinuidade.

Álvaro lembra que a população de baixa renda é a maior prejudicada pelos cortes de luz, água e telefone por inadimplência, sobretudo em caso de desemprego ou atraso de salário.

O projeto tem como amparo o artigo 170 da Constituição, que estabelece que a ordem econômica tem como base os ditames da



Álvaro Dias: serviços essenciais não podem sofrer descontinuidade

justiça social. O artigo 175 preceitua que a prestação de serviços públicos compete ao poder público, diretamente ou sob regime de concessão e permissão.

Álvaro cita também o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor. O artigo estabelece que os

órgãos públicos por si, ou suas empresas, concessionárias ou permissionárias são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quando essenciais, contínuos.

Segundo o projeto, as concessionárias de serviços de energia, água e telefonia devem buscar satisfação dos seus credores pelos meios legais de que dispõem. A cobrança deve ser feita sem submeter o consumidor a qualquer tipo de constrangimento.

O Código de Defesa do Consumidor prevê prisão de três meses a um ano e multa para quem utilizar, na cobrança de dívidas, qualquer tipo de constrangimento que exponha o consumidor a ridículo ou que interfira com seu trabalho, descanso ou lazer.

Marluce aponta potencial agrícola de Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) destacou ontem a necessidade de uma política de desenvolvimento para alavancar a vocação agropastoril de Roraima. Ela citou estudo recente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) segundo o qual há no estado 1,4 milhão de hectares de cerrados propícios ao cultivo de grãos. Mas de acordo com dados do IBGE, lastimou a senadora, menos de 50 mil hectares foram plantados na última safra.

— É lamentável essa subutilização do potencial produtivo — afirmou, lembrando que o estado poderia colher anualmente 6 milhões de toneladas de grãos, o que representa mais de 6% da produção nacional e



Segundo Marluce Pinto, Roraima poderia colher 6 milhões de toneladas de grãos

poderia render R\$ 1,5 bilhão.

Marluce afirmou que o estado precisa de projetos com recursos definidos para provar sua condição de fronteira agrícola. A sena-

dora citou ações que vem empreendendo para o desenvolvimento do estado, que representam mais de R\$ 50 milhões. Ela lembrou que foi autora de uma das emendas que, na Assembléia Constituinte, elevou o ex-território a estado e ressaltou que foi responsável pelos trabalhos que resultaram na assunção da dívida externa de US\$ 85 milhões do novo estado pelo Tesouro Nacional.

Marluce mencionou a liberação de verbas junto ao Ministério da Agricultura, de 1991 a 1995, para a aquisição de sementes e sacarias para os pequenos produtores, assim como o trabalho para que fosse autorizada a instalação da Faculdade de Medicina da UFRR.

João Alberto lamenta desperdício de recursos

O estado de abandono em que se encontram as aeronaves da Transbrasil, estacionadas no Aeroporto de Brasília e sujeitas à ação da ferrugem, foi ressaltado por João Alberto Souza (PMDB-MA) como um exemplo da cultura do desperdício no país.

Conforme o senador, não faz muito tempo que a Comissão Especial de Obras Inacabadas do Senado, cujo relatório final foi apresentado em novembro de 1995, tornou pública a existência de

2.214 obras federais inacabadas no país. Eram esqueletos de pontes, estradas, usinas elétricas, hospitais, escolas e de outros projetos que, em conjunto, haviam consumido R\$ 15 bilhões, sem trazerem benefício para os cidadãos.

Segundo o senador, 22,3% do material utilizado na construção civil brasileira e 2,52% dos alimentos produzidos no país são jogados fora nos supermercados. Para João Alberto, todo esse desperdício de bens públicos e privados



João Alberto Souza aponta abandono de aeronaves da Transbrasil

resulta da falta de credibilidade dos orçamentos, da descontinuidade administrativa, da troca de prioridades, do clientelismo e da corrupção.

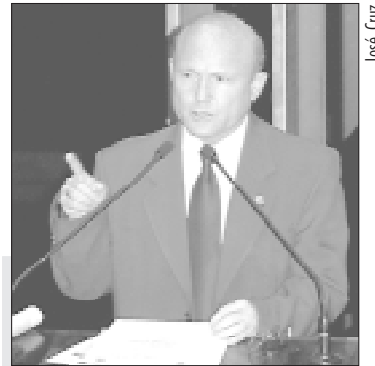
Inclusão de remédios em plano de saúde é analisada

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou projeto de lei propondo a inclusão opcional do serviço de assistência farmacêutica nos planos e seguros privados de saúde. Após o recesso parlamentar, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai examinar a matéria em decisão terminativa.

Quando contemplar essa modalidade de assistência, as empresas de seguro-saúde deverão cobrir medicamentos para tratamento ambulatorial e hospitalar, fornecidos pelo setor de farmácia do próprio serviço de saúde, por contratado, credenciado ou referenciado que tenha prestado assistência médico-odontológica. Está previsto ainda o reembolso, nos limites previstos em contrato, de despesas feitas pelo titular ou dependente com remédios prescritos por profissional ou serviço de saúde inscrito no plano.

Na justificativa do projeto, Rocha destacou seu mérito de reduzir as despesas das operadoras de seguro-saúde, já que a oferta de medicamentos diminuiria o custo do tratamento ao evitar internações. Também seria uma iniciativa importante, conforme acrescentou, para os usuários que precisam consumir remédios mais caros e de uso contínuo.

Ainda de acordo com o sena-



Sebastião Rocha propõe inclusão opcional de assistência farmacêutica em seguro

dor, essa proposta deve contar com maior adesão dos planos e seguros de saúde contratados por empresas privadas e órgãos públicos. Para evitar fraudes, Sebastião Rocha acredita que as operadoras deverão fixar limite mensal de despesa com medicamentos por beneficiário, além de elaborar relação de profissionais e estabelecimentos de saúde cadastrados para oferecer o serviço.

Depois de o projeto ser aprovado, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que cuida da regulamentação do setor, deverá examinar e aprovar, com base nas planilhas de custo apresentadas, o valor extra de contribuição e as cotas de uso do serviço pelos segurados, conforme a proposta do senador.

Motel pode ser obrigado a fornecer preservativo

Motéis, estabelecimentos tipo *drive-in* e similares poderão ser obrigados a distribuir folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis e fornecer gratuitamente preservativos. Projeto nesse sentido, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa, foi apresentado por Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Os preservativos deverão obedecer às especificações técnicas e portar o selo de aprovação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). O folheto educativo deverá conter explicações sobre o uso do preservativo e sua importância para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. O descumprimento da lei implicará multa e, no caso de reincidência, na suspensão temporária ou definitiva do funcionamento do motel ou *drive-in*.



Maria do Carmo diz que projeto visa dividir responsabilidade pelo controle de doenças

“O projeto visa reforçar a política de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da Aids, dividindo a responsabilidade pelo controle dessas doenças no país. Vale lembrar que os estados da Bahia, Espírito Santo e São Paulo, além do município de Porto Alegre, já aprovaram lei de conteúdo similar”, argumenta Maria do Carmo Alves.

Maior rigor na remessa de dinheiro para o exterior

Relator do projeto que será examinado pela Comissão de Justiça, senador Pedro Simon destaca que objetivo é impedir que o Brasil se transforme em centro mundial de “lavagem de dinheiro”

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar projeto de lei, sugerido no âmbito da comissão parlamentar de inquérito sobre o sistema financeiro, que cria regras mais rígidas para a remessa de recursos do país para o exterior. A votação da matéria deverá ocorrer no momento em que a comissão retomar seus trabalhos em ritmo normal.

O objetivo da medida, segundo o seu relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), é impedir que o Brasil venha a se transformar em um centro mundial de “lavagem de dinheiro”, principalmente o que vem do narcotráfico.

Segundo prevê o projeto, a remessa de recursos para o exterior, mesmo através da CC-5 (carta



Pedro Simon é o relator do projeto sugerido pela CPI do Sistema Financeiro

circular com este número, expedida pelo Banco Central na década de 60), somente poderá ser realizada por meio de um número muito restrito de instituições financeiras – no máximo seis – credenciadas junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os senadores que subscrevem

a medida – Roberto Saturnino (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP), Romero Jucá (PSDB-RR) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), além do relator, entendem que o limite do número de instituições autorizadas a trabalhar com as contas chamadas CC-5 vai facilitar o seu controle, criando melhores condições de acompanhamento do seu fluxo pelo Banco Central.

Segundo informações de técnicos da instituição, já tem sido promovida, nos últimos anos, intensa fiscalização sobre a remessa de recursos para o exterior. Sempre que se identifica fluxo de recursos mais persistente ou de maior valor, os fiscais do Banco Central vão até a instituição responsável pelo envio daqueles recursos, de modo a esmiuçar sua natureza.

Mozarildo defende integração com Guiana

Ao registrar a realização – nos dias 20 e 21 de agosto, na cidade de Georgetown, capital da República Cooperativista da Guiana – de um seminário sobre oportunidades de negócios entre o Brasil e aquele país, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) alertou para a necessidade de maior integração entre os dois países.

– Este é um mercado ávido de negócios que anseia por alguns passos efetivos do Brasil no sentido do favorecimento de uma integração econômica. Felizmente,



Mozarildo: Guiana é mercado ávido de negócios

as autoridades das áreas de investimento e desenvolvimento do Brasil começam a vislumbrar a possibilidade de consolidação geopolítica de integração com a Guiana.

Mozarildo disse que algumas iniciativas no sentido da integração já foram tomadas, como a conclusão da pavimentação da BR-174, ligando Manaus (AM) a Boa Vista (RR) e chegando até Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. Também foi concluída a pavimentação da BR-401, que liga Boa Vista (RR) à cidade de Bonfim, na fronteira com a Guiana.

conclusão da pavimentação da

A paralisação das obras de duas pontes sobre os Rios Arraias e Tacutu, importantes na ligação rodoviária com a Guiana, foi lamentada por Mozarildo Cavalcanti. Ele explicou que problemas de caráter operacional impediram a alocação de recursos orçamentários para a construção da ponte sobre o Rio Arraias. E por estarem as duas pontes no mesmo processo de execução, a ponte sobre o Rio Tacutu também ficou sem poder receber recursos.

– Urge que sejam viabilizadas providências para que se cumpram de imediato as exigências da execução orçamentária ou que se separem os dois empreendimentos – propôs o senador.

Tuma alerta para poder do narcotráfico

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) reproduziu ontem informações que levou à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quando fez palestra sobre legislação antidrogas em evento da Pastoral da Sobriedade. Ele disse que, na década de 50, quando a maior ameaça era a maconha, a polícia não imaginava que, algum dia, visse a enfrentar organizações criminosas como o PCC e o Comando Vermelho, ou estruturas internacionais do tipo cartel, máfia ou

milícia guerrilheiro-terrorista, que mistura política e ideologia com narcotráfico.

Segundo Tuma, são organizações que dispõem de bilhões de dólares para corromper prepostos do Estado em todos os níveis, a ponto de ameaçar a estabilidade de governos democráticos, como acontece com a Colômbia.



Romeu Tuma: crime ameaça governos democráticos

Romeu Tuma mencionou carta recebida de Jailson Ferreira, de União dos Palmares (AL), um senhor de 63 anos de idade, que dedicou oito meses a alfabetizar-se a fim de escrever ao senador. Tuma registrou o fato como um exemplo da importância da TV Senado na transmissão dos trabalhos legislativos.

Parga rejeita emendas a projeto sobre Serra Pelada

Parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) contrário a três emendas da Câmara dos Deputados que pretendem garantir direitos aos garimpeiros de Serra Pelada em área de concessão de lavra da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no estado do Pará, foi lido ontem em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu vista da matéria, que voltará a ser analisada na próxima reunião da CCJ, ainda sem data marcada.

Bello Parga disse que não entrou no mérito da questão. Ele considerou “flagrantemente inconstitucionais” as emendas porque, argumentou, não cabe emendar decreto legislativo. O texto que veio da Câmara altera o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1997, que susta os efeitos

de ato do Executivo que suspendeu o garimpo em Serra Pelada. O entendimento do Legislativo, de acordo com o decreto, é o de que continua válida a decisão le-

gal que suprime 100 hectares da área de lavra concedida à CVRD, destinando-os aos garimpeiros de Serra Pelada. Uma das três emendas aprovadas pelos deputados garante o direito de exploração do garimpo a todos que comprovem a sua atividade na época em que Serra Pelada estava em funcionamento.

A outra emenda institui comissão formada por representantes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e de entidades dos garimpeiros da região para atuar nas decisões e execuções de projetos, bem como na fiscalização dos mesmos. A terceira emenda determina que o Congresso estabeleça as medidas complementares necessárias à aplicação do decreto legislativo.

O relator entendeu que a criação de comissão de caráter executivo e fiscalizador invade seara reservada ao Poder Executivo, contestando também a participação de integrantes do Congresso.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* – 0800 661 2211 – e autorizando a publicação.

Benvindo Santos, de Clevelândia (PR), pergunta: É possível que pessoas de baixa renda recebam remédios de graça para tratar doenças como hipertensão, diabetes ou problemas cardíacos?

O senador *Álvaro Dias (PDT-PR)* responde: Eu concordo que é um direito do cidadão e uma obrigação do Estado fornecer remédios aos doentes. Mas, lamentavelmente, há uma escassez enorme de medicamentos, especialmente os que atendem doenças como o diabetes. O ideal seria que os governos estaduais pudessem construir fábricas de remédios por intermédio das universidades públicas ou do próprio setor público de saúde dos estados para oferecê-los à população. Alguns estados já tomaram essa iniciativa, mas a maioria da população brasileira ainda está carente de providências governamentais. A saúde do povo deve ser a suprema lei.